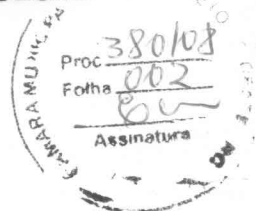




PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO



Ofício n.º 074/Gab/08

Ouro Preto do Oeste, 19 de novembro de 2008.

À Sua Excelência o Senhor
ANTÔNIO DE SOUZA PENA FILHO
Presidente da Câmara Municipal
Ouro Preto do Oeste – RO

Senhor Presidente,

Através deste, encaminhamos a Vossa Excelência, o Projeto de Lei n.º 324 de 19 de novembro de 2008, que Revoga o artigo 2º da Lei n.º 1.344, de 16 de maio de 2008 e dá outras providências, para a devida apreciação por esta Casa Legislativa.

Considerando a relevância da matéria, solicito que seja observado o **regime de urgência especial**, convocando-se sessões extraordinárias.

Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

BRAZ RESENDE
PREFEITO





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
CABINETE DO PREFEITO



Mensagem n.º

1224

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Honra-nos encaminhar o Projeto de Lei n.º 1241 de 19 de novembro de 2008, que Revoga o artigo 2º da Lei n.º 1.344, de 16 de maio de 2008 e dá outras providências, para que seja submetida à elevada apreciação desta Augusta Casa de Leis.

No artigo revogado aumentou-se a licença maternidade de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias, sendo esta Lei de iniciativa desse Poder Legislativo.

As servidoras em gozo de licença maternidade são remuneradas através do Instituto de Previdência dos Servidores do Município, que se submete ao Regime Jurídico Geral da Previdência Social. Neste regime jurídico, a opção pela extensão da licença maternidade pode ser feita, contudo, o ônus será do Poder Concedente, posto que não há, por hora, obrigatoriedade da adoção dos 180 (cento e oitenta) dias.

Desta forma, o Projeto de Lei deveria estar acompanhado de impacto financeiro, bem como haver previsão orçamentária para tanto.

A falta de tais previsões inviabiliza a efetivação da lei, posto que, como se encontra, não é possível se pagar o restante da licença maternidade nem pelo Instituto nem pelo Poder Executivo. Desta forma, referida extensão deve ser suprimida para posteriormente adequar-se à legislação federal.

Assim, com este intuito é que sujeitamos a presente matéria, à apreciação dos Senhores Vereadores, aguardando desde já, em **regime de urgência**, a sua aprovação.

Palácio dos Pioneiros, em 19 de novembro de 2008.


BRAZ RESENDE
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI N.º 1241, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2008

“REVOGA O ARTIGO 2º DA LEI N.º 1.344, DE 16 DE MAIO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o artigo 2º da Lei n.º 1.344, de 16 de maio de 2008.

Art. 2º O artigo 120 da Lei Municipal n.º 1.030, de 02 de julho de 2004 passará a ter a seguinte redação:

“SEÇÃO VIII
Da Licença Gestante e Adoção

Art. 120. Fica assegurada às servidoras públicas municipais da administração direta e indireta a licença-maternidade sem prejuízo de cargo e remuneração, com duração de 120 (cento e vinte) dias.”

Art. 3º Fica revogado o Decreto n.º 6.789, de 10 de julho de 2008.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Preto do Oeste, em 19 de novembro de 2008, 119º da República.

BRAZ RESENDE
PREFEITO

CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE			
APROVADO			
1ª VOTAÇÃO			
Quorum	08	Favor	08
Sessão	Ordinária	Horas	18:30
Em	25	de	02 de 2009

CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE			
APROVADO			
2ª VOTAÇÃO			
Quorum	08	Favor	08
Sessão	Extraordinária	Horas	20:30
Em	25	de	02 de 2009



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DE PREFEITO
(AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO)



LEI N.º 3344 , DE 16 DE MAIO DE 2008.

“ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO NO ART. 51 E MODIFICA A REDAÇÃO DO ART. 120 DA LEI MUNICIPAL N.º 1.030 DE 02 DE JULHO DE 2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º Fica instituído o Parágrafo único no Art. 51 da Lei Municipal 1.030 de 02 de julho de 2004, com a seguinte redação:

Art. 51.....

Parágrafo único. O servidor público que seja responsável legal e cuide diretamente do portador de necessidade especial que, comprovadamente necessite de assistência permanente, independente de estar sob tratamento terapêutico terá uma redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho sem prejuízo da carga e de sua remuneração.

Art. 2º Fica modificada a redação do Art. 120 da Lei Municipal 1.030 de 02 de julho de 2004, obtendo a seguinte redação:

Seção VIII
Da Licença Gestante e Adoção

Art. 120 – Fica assegurada às servidoras públicas municipais da administração direta e indireta a licença-maternidade sem prejuízo de cargo e remuneração, com duração de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Preto do Oeste, em 16 de maio, 120º da República.

BRAZ RESENDE
PREFEITO